

PELAS SENDAS DO TEMPO: TRÂNSITOS E TENSÕES ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA NOS ESCRITOS DE BENTO ARANHA (1872-1912)

ON THE PATHS OF TIME: TRANSITS AND TENSIONS BETWEEN MEMORY AND HISTORY IN THE WRITINGS OF BENTO ARANHA

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro ¹

RESUMO: O artigo aborda a relação de Bento Aranha (1841-1919), importante intelectual do Norte do país, com a História, investigando tanto o espaço que ela ocupava no interior de seus escritos jornalísticos, quanto sua produção de escritos de história, visando compreender as formas e modalidades por ele experienciadas no sinuoso caminho em direção à prática historiadora. Oscilando indistintamente entre memória e história, frequentemente incorporou uma escrita de si que o projetava para a cena histórica na dupla e ambígua condição de narrador e testemunha. Também enfatizou a busca da verdade, valorizando o uso de documentos como importante elemento de validação, o que o tornou pioneiro na prática de organização de arquivos e acervos documentais no Estado do Amazonas.

PALAVRAS-CHAVE: Escritas da História, História da Amazônia, História Intelectual, Historiografia.

ABSTRACT: The article discusses the relationship between Bento Aranha (1841-1919), an important intellectual from the North of the country, with History, investigating both the space it occupied within his journalistic writings, and his production of history writings, aiming at understanding the forms and modalities he experienced in the winding paths towards the historian practice. Oscillating indistinctly between memory and history, he frequently incorporated a writing of himself that projected him to the historical scene in the double and ambiguous condition of narrator and witness. However, he emphasized the search for truth, valuing the use of documents as an essential

* Essa pesquisa é desdobramento do projeto “*Intelectuais e escritas da História: Amazonas, 1890-1950*”, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas com recursos da própria instituição.

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998), com Pós-Doutorado na mesma instituição (2018), é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas e de seu Programa de Pós-Graduação em História, desenvolvendo atividades nas áreas de História Social do Trabalho, História da Imprensa e História e Movimentos Sociais na Amazônia. E-mail: balkar.ufam@gmail.com.

element of validation, which made him a pioneer in the practice of organizing archives and document collections in the State of Amazonas.

KEYWORDS: Writings of History, History of the Amazon, Intellectual History, Historiography.

Introdução

Político, jornalista, abolicionista, propagandista republicano, intelectual mediador dos mais notáveis do Norte do Brasil, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1841-1919) é figura pouco conhecida e estudada no âmbito historiográfico regional ou nacional, num silêncio que não faz justiça a importância de suas ideias e posições, nem a respeitabilidade que alcançou ao longo de pelo menos sessenta anos de vida pública, divididos entre Belém, sua cidade natal, e Manaus, capital amazonense que o acolheu e projetou politicamente. Ao recuperar sua trajetória singular na imprensa e na política, Vicente Salles (2001, p. 105) não lhe poupou elogios, exaltando-o como um “jornalista revolucionário” e destacando o “esquecimento” que lhe devotam as gerações posteriores.

Ainda jovem, Bento Aranha lançou-se pelo mundo das letras e das academias literárias, fazendo poesia, literatura e teatro, antes de convergir para a crônica política na imprensa, onde deixou invejável contribuição ao jornalismo do Norte do país². Além de jornalista, redator, proprietário de gráfica e de jornais, idealizando e criando uma dezena de títulos nas duas principais capitais da região Norte. No Amazonas foi deputado provincial, sendo eleito e reeleito diversas vezes ao longo da década de 1880, sempre vinculado ao Partido Liberal, embora se autoproclamasse “republicano”³. Sua

² Bento Aranha nasceu no interior de uma família de algumas posses, mas com grande projeção social e política na então Província do Grão-Pará. Seu avô e seu pai notabilizaram-se; o primeiro, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1769-1811), nascido no Amazonas, assumiu o cargo de escrivão vitalício da alfândega de Belém e desenvolveu, como poeta, notória atuação no campo das letras. Já o segundo, João Batista Figueiredo Tenreiro Aranha (1798-1861), teve vida atribulada, com algum sucesso na política entre 1840 e 1860, momento em que chegou a exercer cargos de deputado no parlamento provincial e imperial, além da presidência inaugural da Província do Amazonas, em 1851. É possível encontrar um bom registro biográfico dos três integrantes da família no Dicionário Amazonense de Biografias, organizado por Agnello Bittencourt (1973).

³ Nas eleições de 1882, por exemplo, seu nome integrou chapa denominada de “Liberais Históricos”, o que não impediu nem que Aranha apresentasse sua campanha como sendo de um

trajetória incorporou ainda efetivos vínculos, tanto com a luta abolicionista quanto com diversas iniciativas para a dinamização da cultura e para a assistência aos pobres.

Com relação ao abolicionismo, Aranha bateu-se não apenas pela liberdade dos negros escravizados, como também pela do indígena, cuja escravização via como dissimulada. Em Manaus, foi um dos idealizadores *Sociedade Emancipadora Amazonense*, fundada em 6 de março de 1870, chegando mesmo a integrar sua Junta Diretora, na condição de secretário (SOCIEDADE, 1870, p. 3). Seu vínculo com instituições emancipadoras e com o patrocínio de ações de manumissão se manteve por toda a década de 1870 e 1880. Também condenou a escravidão durante o período de sua atuação como deputado no parlamento provincial amazonense, sendo ali um dos signatários da lei de 10 de julho de 1884, que aprovou o fim da escravidão em toda a província. De tais vínculos e ações há inúmeros registros, tanto em seus escritos, como nos Anais da Assembleia Provincial do Amazonas e nos periódicos daquela província. A luta abolicionista de Aranha estendeu-se para além do 10 de julho (no Amazonas) e 13 de Maio (no Brasil), uma vez que, para ele, essa era uma batalha inconclusa, em função da condição dos indígenas, cujo estatuto jurídico de *livres* denunciou como puramente retórico, escamoteando práticas tão violentas como as que subjugavam as populações negras (ARANHA, 1897a, p. 1). Desta forma, sempre que saudava o 13 de Maio lembrava ser preciso

debelar quanto antes essa febre pútrida do escravagismo que assola os rios da Amazônia em detrimento da liberdade inata do índio, que tem por principal motor o cauchero de nacionalidade peruana, boliviana e colombiana. Alguns brasileiros degenerados há que são também como àqueles, caçadores de índios para reduzi-los à escravos ou extingui-los por mera recreação (ARANHA, 1906a, p. 1).

republicano, e muito menos que essa identificação fosse percebida e assimilada pelo público. Neste sentido, informando os eleitos naquele pleito à Assembleia Legislativa, o jornal *Amazonas*, organizando a lista de eleitos por suas vinculações político-partidárias – Conservadores, Liberais e Liberais Históricos –, incluiu o nome de Aranha nesta última categoria, agregando esclarecimento entre parêntesis “diz-se republicano” (NOTICIÁRIO, 1881, p. 2).

Se atuando de forma inovadora nos espaços da imprensa e da vida política do Norte do país, a presença de Aranha têm sido invisibilizada de forma sistemática pela historiografia do Pará e do Amazonas, que dizer de sua percepção enquanto memorialista e historiador, ocupação com a qual passou a se identificar nas décadas finais de sua vida, deixando diversos escritos que abordavam temas da história do Grão-Pará e do Amazonas?

Um simples olhar sobre a enorme quantidade de escritos que produziu ao longo da vida, permite perceber que a história foi uma referência marcante para ele, penetrando sua escrita e fala, não apenas como um recurso estilístico típico da produção literária e erudita do século XIX, mas também como elemento legitimador de seus argumentos, na melhor tradição da *historia magistra vitae*. Foi o que dele afirmou Alcides Bahia, jornalista e intelectual de destaque, além de amigo pessoal, com quem dividiu a função de redator no *Jornal do Commercio*, de Manaus, entre 1908 e 1910. Assinando crônica com o pseudônimo de Luiz do Prado, Bahia ressaltou não apenas a frequência e radicalidade com que Aranha se envolvia em debates na redação, mas também como constantemente buscava ancorar seus argumentos na história; “tinha surtos de história antiga, corroborativos de suas alegações no presente”, dizia Bahia (PRADO, 1905, p. 1).

A História e suas modalidades

Um primeiro passo para o entendimento do legado do escritor paraense como historiador passa, inevitavelmente, por uma boa compreensão das práticas e debates acerca do fazer historiográfico ao longo do século XIX, que geraram movimentos importantes de renovação no interior do campo, notadamente na Alemanha e na França, de onde, a partir de um conjunto de inquietações sobre o conhecimento do passado – “...o que é importante saber sobre ele? O que é um documento? Como utilizamos um documento para escrever história? O que são fatos históricos? E como devemos organizá-los para escrever uma obra histórica?” – emergiria um dos primeiros e mais importantes manuais de História do período (LANGLOIS, SEIGNOBOS, 2017, p. 8).

O que torna o esforço de interpretação mais complexo é o fato de que Bento Aranha nunca produziu qualquer reflexão sobre sua compreensão da história enquanto campo de atuação profissional e menos ainda sobre o regramento do ofício, o que, por outro lado, está longe de significar que ele partilhasse de um movimento restrito à admiração e gosto pela história, muito comuns na cultura e literatura da época. Com efeito, o momento de formação intelectual e de atuação profissional de Aranha coincide com o período em que Clio estava em franca ascensão, como bem salientou Carl Schorske (2000, p. 16), para quem “A tremenda consciência de que a transformação contínua se tornara endêmica no mundo [...] estimulou a reflexão histórica”. Ao distinguir os processos cognitivos de *pensar sobre a história* daquele de *pensar com a história*, Schorske nos dá também uma chave interpretativa para a compreensão dos vínculos do intelectual paraense com a história:

“Pensar com a história” não é o mesmo que pensar *sobre* a história, como uma forma geral de produzir sentido. Isso é o que os filósofos e teóricos da história fazem. Pensar *com* a história implica o emprego de materiais do passado e das configurações em que os organizamos e compreendemos para nos orientar no presente (SCHORSKE, 2000, p. 13).

Aranha, de fato, não se tornou um teórico da história nem refletiu maduramente sobre ela como campo de conhecimento, mas a empregou como um guia de ação e a reverberou em seus escritos. Isso significa que todo o esforço de aproximação de suas concepções implícitas com as práticas historiográficas do período – no Brasil e no mundo –, far-se-á aqui a partir de fragmentos desses escritos, sendo possível argumentar que seus vínculos com as práticas historiográficas foram se intensificando mais para o final do século XIX.

Seja como for, o debate historiográfico tem acentuado o fato do século XIX ter sido o lócus de atuação de “novas e variadas formas de narrar o passado”, sendo uma delas a que a associava a histórias a dimensões de cientificidade (GUIMARÃES, 2011, p. 45) que passava a se confrontar com

uma tradição erudita de escrita da história em expansão desde o século anterior. A hipótese aqui esboçada é a de que, tomados em conjunto, os escritos ‘históricos’ de Bento Aranha pouco dizem desse novo momento historiográfico, filiando-se mais pontualmente com a tradição erudita que dotava a história de função pragmática, a um só tempo exemplificadora e moralizante. Na segunda metade do século XIX, essa dimensão exemplar da história podia ser aferida por toda parte, como a literatura ou a produção jornalística:

Na história há ensinamentos produtivos para os nossos governadores.

A fome arrasta ao desespero.

A população de Roma, agindo no monte Aventino era impulsionada pelo mesmo sentimento que levou a população de Paris ao 10 de Agosto.

Se o Dr. Lauro Sodré conhecesse a história mais do que conhece as teorias de Conte, saberia que a verdadeira causa do desmoronamento do baixo Império Romano foi a miséria do povo (FOME, 1894, p. 1).

Os escritos históricos de Bento Aranha estão repletos de exemplos dessa perspectiva da história como *mestra da vida*, ainda muito vívida na prática historiográfica do século XIX. Assim, em *Centenário de Gama Lobo*, os elogios com que Aranha recobre a figura daquele administrador colonial, jamais se desvinculam das preocupações de *ditar lições* ao presente.

Militar valente e brioso deu, naquela época em que só pelo direito da força imperava o absolutismo dos reis e a nobreza desdenhosa das classes plebeias que hoje representam as classes populares ou democratas das sociedades livres, dá o exemplo nobre e civilizador de desarmar os seus soldados, para, com os índios, aplicá-los em trabalhos agrícolas, industriais produtivos e lucrativos à vida deles e à prosperidade da Capitania e, assim, anima e desenvolve a lavoura, indústria e comércio no Alto Amazonas e equilibra a receita com a despesa da capitania, em vista da sua proibidosa e patriótica administração.

De homens da estatura moral e intelectual, de conhecimentos práticos de administração pública, como foi o Manoel da Gama Lobo de D’Almada, na Capitania do Rio Negro, é que a República dos estados Unidos do Brasil carece, para novamente impor-se ao respeito de todas as nações do mundo. (ARANHA, 1899a, p. 3).

Abordando dimensões distintas da história, da prática historiográfica e de regimes de historicidade ao longo século ao longo do século XIX, François Dosse (2010, p. 17) reconhece que a “história permanece, essencialmente, conforme sua antiga concepção de *magistra vitae*. Ela constitui um depósito de experiências sempre vividas como atuais e, portanto, diretamente transferíveis”. Na mesma direção segue Valdeci Araújo, embora perceba formas internas diferenciadas, mas não incompatíveis, naquela perspectiva:

De um lado, há uma definição estrita *historia magistra vitae* como aquela que ensina pelo exemplo e a imitação [...] De outro, uma concepção lata, em que *historia magistra vitae* é toda aquela que reivindica ensinar e moralizar mesmo que não necessariamente pelo exemplo e possibilidade de repetição (ARAÚJO, 2011, p. 137).

Ponderando posições assumidas por Reinhart Koselleck, para quem ainda no século XIX teria havido uma dissolução da capacidade *magistral* da história, Araújo (2011, p. 134) reconhece que houve um *estreitamento* dessa capacidade, “perdendo a centralidade que tinha em formas de experiência da história não modernas”, mas isso no âmbito europeu, marcado pela presença secular do debate acadêmico, filosófico e do pensamento erudito. Convém ponderar que, para além de postulados muito gerais, seria um engano pensar que as marcas do processo de mutação conceitual na história teriam se dado de forma linear em todos os lugares.

A história da historiografia ainda deve atenção à escrita da história no Amazonas ao longo do século XIX, assim como a suas instituições de ensino e seus conteúdos curriculares. Neste particular, convém anotar como uma daquelas principais instituições amazonenses pensava o ensino de história: “O estudo da História deverá ser encaminhado no sentido da educação cívica, insistindo os professores nos acontecimentos que melhor se prestem ao desenvolvimento dos sentimentos práticos” (REGULAMENTO, 1896). Até aquele momento a história podia ser vista associada a diversas formas narrativas de dizer o passado, marcadas por gêneros literários como o romance histórico ou a biografia, ambos muito difundidos em todo o oitocentos (POMIAN, 2003, p. 12).

Em meados do século XIX, o romance histórico já havia feito da Cabanagem – a rebelião popular da década de 1830 no Grão-Pará – o palco de duas experimentações literárias na lida com o passado, uma por intermédio da pena profícua do francês Emille Carrey (1862) ou outra pelas mãos do português Francisco Gomes de Amorim (1869). Com longa vivência amazônica, Amorim empenhou-se, inclusive, em advogar a veracidade de seu teatro, ao ponto de apensar à obra um conjunto volumoso de “notas e esclarecimentos”, que transcendia em dimensões o texto original. “Não exagerei coisa nenhuma, não deprimi, nem lisonjeei; *fiz a história e não a sátira dos costumes*”, disse, rebatendo seus críticos (AMORIM, 1869, p. 15. Grifos nossos). Amorim fez várias investidas ao longo de sua vida para ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo, por fim, aceito como sócio correspondente em 1880.

Como argumentou Allan Megill (2016, p. 285), até o século XIX a história era concebida como subordinada a literatura, sendo “vista geralmente como uma espécie do gênero ‘retórica’”, sendo esta a razão pela qual o autor achava inconcebível um verbete sobre “literatura e história” numa enciclopédia da época. O fato é que, enquanto obra ficcional – “embora não seja exclusivamente ficção”, como sustenta Krzysztof Pomian –, o romance histórico caracterizava-se sobretudo pela plausibilidade, resultado da tríplice operação de a) produzir um “deslocamento no tempo, em direção ao passado”, b) “adequar a psicologia dos personagens à época” e, c) “tornar coerente todos os deslocamentos temporais efetuados” (POMIAN, 2003, p. 14).

Seja como for, no contexto amazônico de fins do oitocentos, matéria colhida num jornal de Belém dava conta dessa contínua inflexão literária em direção à história: “A empresa do *Diário de Notícias*, de Lisboa, a fim de comemorar o centenário da descoberta da Índia, resolveu abrir concurso entre escritores portugueses, para a confecção de um romance histórico sobre aquele acontecimento” (NOTÍCIAS, 1896, p. 2).

A dimensão biográfica foi também bastante empregada no oitocentos, sendo “uma das formas de uma sociedade representar sua relação com o

tempo”, conforme destacou Temístocles Cezar (2018, p. 131). Nas biografias também se expressava a dimensão de exemplaridade do agir de indivíduos destacados no passado. Como no romance histórico, elas tinham o dom de iluminar histórias de vidas reais, sempre repletas de tensões, desventuras e superações, que tinham algo a ensinar a posteridade. Ao valorizar a conduta “moralizada” das personagens da história real a biografia se projetava em dimensões pedagógicas, como a boa escola de onde se podia colher as melhores lições e os ensinamentos necessários para responder adequadamente a situações semelhantes.

Vincado a formas narrativas de acercar-se do passado, no Norte do Brasil, e em especial no Amazonas, região de vida intelectual mais recente e acanhada, a profissionalização e especialização da história, em fins do XIX, parecia estar ainda longe do momento em que os historiadores iriam sentir a necessidade “de cortar o cordão umbilical que os unia aos literatos”, para usar a feliz expressão de Dosse (2011, p. 21). As dimensões modestas com que a designação *historiador* (e *historiógrafo*) aparecem nos periódicos amazonenses constantes das bases digitais – 90 registros para o século XIX e mais de 2.000 para o século XX –, não deixam de ser indícios desse quadro de pouca especialização do ofício⁴. O certo é que Aranha flertou com todos esses estilos e gêneros em seu lento transitar do jornalismo e da política em direção à História, não sem agregar contribuições relevantes a um campo que ainda dava seus primeiros passos em solo amazonense.

Entre história e memória

É possível pensar dois momentos na vida de Bento Aranha, a demarcar formas diferenciadas com as quais ele passou a se envolver com a história, sendo o primeiro deles o período de sua formação, marcado pela lida na imprensa e por seu ingresso na política partidária que o projetaria como figura destacada da elite amazonense, e um importante intelectual mediador; ou seja, alguém não apenas capaz de conduzir “uma mensagem ou produto cultural de

⁴ Hemeroteca Digital Brasileira, disponível em: <http://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> acessada em 25 set. 2021.

um lugar a outro, de um tempo para o outro”, como também de criar “novos produtos culturais ou novas formas de comunicação e aproximação de produtos culturais conhecidos” (GOMES e HANSEN, 2016, p. 16-17)⁵. Sem ser propriamente um ponto de ruptura, a chegada da República demarcou o início de outro momento na vida de Aranha que, alijado da política partidária, mas consagrado como intelectual maduro, se volta à rememoração e à história.

A história entrou cedo na vida e nos escritos de Bento Aranha, ancorando rememorações dos feitos de seu pai ou sedimentando argumentos na imprensa. Foi como lastro legitimador que ele a utilizou, passando, num segundo momento, já como intelectual consagrado, a empregá-la como ofício e objeto de sua atenção em um conjunto particular de escritos em que buscou produzir representações acerca do passado regional. A aproximação com a história parece ter se dado pelo conhecimento dos textos clássicos que pode ler em casa ou nos espaços da cultura letrada de Belém, ou ainda da Corte do Rio de Janeiro, por onde passou pouco mais de dois anos. Em seus primeiros escritos, recorreu à personagens e eventos da história universal, usando, em paralelo, os textos literários como registros seguros.

Chegando em Manaus em meados da década de 1860 para ali atuar como professor primário, escritor e produtor teatral, usou sobretudo os clássicos da história universal como fonte inesgotável de exemplos, a ancorar, naquele momento, a inauguração da companhia teatral que organizou na cidade:

Se recorrermos à história, diz ele, vamos encontrar na antiga idade Athenas, florescente nas letras, subir ao mais alto grau da civilização, estando a sua frente Péricles, que enxergava na própria elevação da sua soberania a necessidade de um teatro, para mais aumentar o poder da democracia, que os sustentava, como também para esclarecer e distrair o povo, que em estado de atraso, ele temia (ARANHA, 1867, p. 4).

⁵ Na mesma obra, as autoras sugerem pensar nos intelectuais mediadores como aqueles que se dedicam “à comunicação com públicos externos às comunidades de *experts*”, significando que “podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade”; “um público abrangente e heterogêneo, como o de um periódico de grande circulação” (p. 21).

O discurso de Aranha seguiu o roteiro de passeio pela história do teatro, desde a construção do Odeon ateniense até a França revolucionária, o que lhe rendeu elogios na imprensa, pelo “conhecimento perfeito que tem o autor da história universal”. Em paralelo, seu discurso foi também uma fala de exaltação à cultura erudita europeia, feita por intermédio de expoentes da literatura e do teatro, de Goethe à Shakespeare, de Racine à Voltaire. Atento ao que se passava na *república mundial das letras*, e, como muitos de sua época, foi a França que lhe chamou mais a atenção no rol das nações modernas:

À frente destas nações caminham a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Itália, e na terra dos Colombos, os Estados Unidos ao Norte e o nosso Brasil ao Sul, florescentes umas nas letras, outras nas artes; umas grandes no seu comércio, outras na sua agricultura e indústria. Mas acima de todas ergue-se a França, orgulhosa de suas conquistas nas letras, e sobretudo na poesia dramática (ARANHA, 1867, p. 4).

Desde aquele momento extrair lições da história já era prática corrente, e ele usou-a em profusão pelo resto de seus dias. Numa dessas oportunidades, sustentando a defesa da subvenção governamental para grupos teatrais que pudessem proporcionar diversão aos populares da capital amazonense, argumentou:

Sylla, reformador da constituição romana, depois de haver destituído Caio Mário, chefe do partido popular, do cargo de cônsul de Roma, declarando-se ditador, consegue assegurar a felicidade e a paz a seu governo, dando ao povo *pão e jogos de circos, gratuitos*, quando clamava enfurecido a bem dos seus direitos postergados.

É que o povo não deixará de ser a *eterna criança*, sejam quais forem a sua nacionalidade e índole. Ele é, na lenda bíblica do apocalipse, a *besta de carga*, como no cruel e bárbaro feudalismo o *servo da gleba* e na bandeira de resgates de índios, desfraldada pelos conquistadores portugueses e espanhóis, na América, *escravo*; contudo, não reagia contra os seus implacáveis verdugos, na defesa de sua liberdade, porque jamais lhe faltara pão e espetáculos, apesar de se sentir oprimido e ultrajado na sua honra (ARANHA, 1909a, p. 2. Grifos do autor).

Serviu-se também de constantes referências da história regional e, em especial, dos eventos passados que se associavam à figura de seu pai – João

Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha⁶, primeiro presidente da Província do Amazonas –, uma espécie de pai fundador daquela província. Em tais ocasiões, Bento Aranha tendia a assumir a dupla condição de narrador e testemunha, o que fazia como agregação de valor à autenticidade de suas posições. Acionando a memória de seus atos, não descuidou de qualificá-los, atribuindo-se o papel de protagonista em diversas questões sociais e políticas. Assim, reportando-se à segunda metade do século XIX, diria:

O Amazonas foi o teatro onde franca e corajosamente exibimos as ideias republicanas na imprensa e na tribuna parlamentar da província, durante 22 anos. Tudo quanto ali sofremos foi unicamente por amor à liberdade e por verdadeiro apego à causa.

Montamos a imprensa republicana, ali onde expomo-nos às vindictas dos chefes conservadores por causa das associações libertadoras de escravos “15 de Agosto”, “Atheneu das Artes” e “Emancipadora Amazonense”, que fundamos... (ARANHA, 1893, p. 1).

Nestas escritas de si, que são hoje objetos de importantes estudos de historiografia (GOMES, 2004), a principal característica é exatamente “o uso da primeira pessoa, do singular ou plural, no discurso, em que o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta” (MALATIAN, s/d, p. 2). Assim, não foi incomum que, em Bento Aranha, incursões pela história regional beirassem a autobiografia, entrelaçando, confusamente, memória e história⁷. Partindo de postulados levantados por Pierre Bourdieu (2007, p. 57), é possível pensar nestas contínuas referências a si como estratégias voltadas para “experimentar ou afirmar a

⁶ Nascido em Belém à 23 de junho de 1798, e falecido na mesma cidade em 19 de janeiro de 1861, Tenreiro Aranha ocupou diversos cargos no funcionalismo imperial e na política provincial. Como Deputado Geral pela Província do Grão-Pará defendeu a autonomia do Alto Amazonas, o que lhe rendeu, posteriormente, a nomeação para a sua presidência. Administrou a Província do Amazonas por curto período – de janeiro a junho de 1852 –, mas o pioneirismo lhe rendeu homenagens constantes por parte da população amazonense que, no início do século XX ergueria em sua memória um dos mais imponentes monumentos de Manaus (BITTENCOURT, 1973, p. 475-481).

⁷ Abordando a historiografia de meados do século XIX na França, François Dosse (2010, p.19) lembra que “Michelet vive o ritmo de sua narrativa e dos episódios que relata [...] Sua obra toma por vezes a forma de autobiografia, conformemente à sua vontade ‘biografar a história, como a de um homem, como a minha’”. Krzysztof Pomian (2003, p. 20), por sua vez, lembra que “autores de autobiografias e memórias citam documentos com frequência, para justificar suas alegações”.

posição ocupada no espaço social como lugar a assegurar ou distanciamento a manter”, o que significa dizer que elas faziam parte de estratégias distintas que Aranha soube, habilmente, dinamizar na construção de um *capital social* (MARTAN, 2017, p. 114) que logo seria reconhecido pela sociedade amazonense.

A compreensão adequada das lembranças de Aranha referidas à história regional exige o necessário resguardo ante o risco ingênuo de se considerar tais narrativas acerca do passado como se fossem o próprio passado, esquecendo-se que a memória não é a história, e que, como argumentou Pierre Vidal-Naquet (1988, p. 10), “entre memória e história pode haver tensão e até oposição”. Além do mais, a memória dos acontecimentos, vividos diretamente por quem os lembra, ou ainda os vivenciados “por tabela”, como menciona Michael Pollak (1992, p. 201), é maleável, sempre seletiva e continuamente atualizada, aceitando processos de projeção, por meio dos quais quem lembra passa a se identificar com um determinado passado.

Seja como for, sessenta anos de intensa vida na política e na imprensa – a maior parte passada na capital amazonense – fizeram com que Bento Aranha ganhasse o epíteto de um intelectual “versado em antiquilhas” (CLUB, 1907, p. 1), e que logo fosse alçado à condição de “memória viva” da cidade, em especial no raiar do século XX. É fato que seu envolvimento com a história o fez valorizar a cronologia, vendo-a necessária como forma de combate ao esquecimento e ao apagamento dos feitos notórios do passado, o que constantemente lamentava. Emblemática neste sentido, foi a intervenção que fez em 4 de novembro de 1888, na tribuna da Assembleia Provincial, onde era deputado:

É oportuno o momento para reivindicarmos certos fatos históricos do Amazonas, fatos importantes desta província que são dos nossos dias; no entanto já se procura passar sobre eles a esponja e apagá-los.

Esses fatos, Sr. Presidente, são os da abolição do elemento escravo no seio da família amazonense, que, com os nossos próprios recursos, no terreno da legalidade, realizamos no memorável 10 de Julho de 1884, dois meses e meio depois da sanção da lei áurea de 24 de abril! (PROVÍNCIA, 1888).

O discurso segue numa narrativa linear e cronologicamente orientada para iluminar eventos, indivíduos e instituições na construção do abolicionismo amazonense. No final, queixava-se que, embora recentes, aqueles fatos estivessem sendo desvirtuados em narrativas que visavam a exaltação de figuras periféricas. Não foi àquela a primeira vez que Aranha lastreou com a história o debate parlamentar. Já em momentos anteriores, havia inundado páginas seguidas dos *Anais da Assembleia Provincial* com contribuições relevantes, como o histórico da navegação à vapor na Amazônia ou dos processos de colonização e assimilação dos indígenas. Em 1883, debatendo a crise de abastecimento que grassava no Amazonas, apresentou longo discurso mostrando-a como herança não resolvida dos tempos de implantação da província. Seu argumento era de que “desde a fundação da província... a questão da alimentação é um problema a resolver”, o que se comprometia a “provar com a evidência dos fatos, colhidos na história da alimentação pública da província”. Nas sessões seguintes, Aranha apresentou longo e exaustivo escrutínio de relatórios oficiais sobre os problemas do abastecimento, da penúria e da fome na capital amazonense e no conjunto da província, o que lhe rendeu o elogio de ser “muito ilustrado e lido nas lições de história”. Quando, na ocasião, um destacado opositor – Pe. José Henrique Dácia – tentou desqualificá-lo, tratando sua apresentação como um *papelório*, foi imediatamente aparteado pelo então presidente da assembleia, Aprígio Martins de Menezes, para quem, mais que mero discurso, Aranha “trouxe-nos a história da província com relação a alimentação pública” (PROVÍNCIA, 1883, p. 73).⁸

Um retiro de saudade

Ainda no século XIX, Bento Aranha assinaria na imprensa artigos destinados a evocar a memória de eventos e datas do Amazonas e do Brasil, atuação que se intensificou com a chegada do século XX, momento em que o registro de efemérides ganhava espaços maiores na imprensa amazonense. Não

⁸ O quanto essa abordagem de Aranha pôde ter influenciado Aprígio Menezes a escrever e publicar, pouco mais de um ano depois, sua “*História da Província do Amazonas*” (1884), nos é impossível avaliar neste momento, mas não é descabido especular que tenha ao menos servido de estímulo para aquele seu colega de tribuna.

se tratava de um movimento isolado, como é possível constatar pela recente tese de Rodrigo Bragio Bonaldo (2014, p. 254), para quem as efemérides se desenvolveram no Brasil no final do século XIX como um “subgênero historiográfico” (p. 145).

Em Manaus foi comum que as efemérides veiculadas pela imprensa fossem conteúdos não assinados, mas há fortes indícios – referências cruzadas, menções a fatos da vida privada – de que Aranha tenha se encarregado de algumas delas, em especial quando de sua trajetória pelo *Jornal do Commercio*, onde atuou como colaborador (1904-1906) e depois redator (1907-1910).⁹ O sentido último das efemérides aparece esboçado em um desses registros que, submetido à prática indiciária da pesquisa histórica, tal como a descreveu Ginzburg (1991, p. 143), nos permite afirmar tratar-se de texto do próprio Aranha (1906b, p. 3):

Há acontecimentos de que não se deve esquecer nunca, quando relembra-los é salientar a grandeza da terra natal e avivar o heroísmo de seu povo.

Recordar os feitos gloriosos do torrão em que se nasce, festejar as passadas conquistas engrinaldando-as com os triunfos adquiridos a força de patriotismo e bravura, é engrandecer a história e conduzir para a senda do progresso e da civilização a imagem aureolada da pátria.

A matéria acionava a lembrança do 10 de Julho de 1884, reportando-se, portanto, à assinatura da lei que decretou o fim da escravidão negra na Província do Amazonas, tema sobre o qual Aranha se reportava com frequência em seus escritos. Cruzando referências, não foi difícil encontrar similitudes entre os conteúdos da matéria em tela e escritos, anteriores e posteriores, do

⁹ A presença de Bento Aranha naquele que era tido, à época, o mais importante jornal amazonense, deve ser entendida numa tripla dimensão, sendo a primeira delas o fato de Aranha chegar ao início do século XX como um jornalista consagrado, tendo, inclusive, passado pela redação de grandes diários em Manaus e Belém desde a época do império. A segunda dimensão está no fato dele, nessa trajetória, ter se associado ao *Commercio do Amazonas* e à Joaquim Rocha dos Santos, seu diretor-proprietário, formando com ele uma amizade sólida. Com a criação do *Jornal do Commercio* em 1904, Rocha dos Santos, seu proprietário, formulou convite à Aranha. Por fim, há que se levar em consideração uma certa identificação programática entre a linha popular e liberal assumida pelo jornal e a trajetória política de Aranha.

historiador. O indício de autoria mais consistente está no fato de parte significativa da matéria deslocar-se para o registro e valorização de um conjunto de ações protagonizadas pelo próprio Bento Aranha, que, mesmo em matérias assinadas, costumava falar de si na terceira pessoa.

Para além de seu notório interesse pela história, a vida de Bento Aranha com conteúdos históricos – notadamente a partir da última década do século XIX – parece ter se constituído em espaço de refúgio e trincheira de resistência, a manter viva sua presença como intelectual e ator político de destaque. Como mencionado, a chegada da República significou um momento de ruptura em sua trajetória, afastando-o do jogo político-partidário e o colocando sobre pressão – jurídica, inclusive – em sua prática jornalística. Com efeito, considerando-se um pioneiro nas lides republicanas no Norte do país, sua conversão ao republicanismo teria ocorrido na década de 1860 (SALLES, 2001, p. 118), no momento de sua passagem pela Corte e do convívio com intelectuais e políticos que ali começavam a aderir à causa republicana, dentre eles Saldanha Marinho.

O registro historiográfico aponta que fundou e atuou em jornais republicanos já no início da década de 1870, mas a documentação disponível acerca desse engajamento é bem maior para a década seguinte. Do ponto de vista político-ideológico Bento Aranha pode ser associado às correntes *radicais* que advogavam um modelo de República capaz de transformar integralmente a realidade social brasileira, o que, como é sabido, não ocorreu, uma vez que a composição vencedora no 15 de Novembro optou por uma República oligárquica conservadora que passou a combater e tentar silenciar não apenas restauradores, como também *jacobinos* (VISCARDI, ALENCAR, 2016), condição com a qual Aranha passou a ser logo identificado.¹⁰

Com efeito, antes mesmo do 15 de Novembro de 1889, Aranha temia que o regime republicano chegasse ao poder já inoculado dos principais *vícios*

¹⁰ Atacado por sua radicalidade, rebatia afirmando: “Não nego, fui, sou e sempre serei jacobino!” (ARANHA, 1910). Contrário à assimilação de tradicionais oligarcas monarquistas pela República, chegou a defender seus justicamentos: “Tartufos! A República teria se consolidado, se em vez de dar-lhes ingresso ao recinto da sua assembleia constituinte, como seus representantes, e confiar-lhes o governo da Nação, *fizesse-os enforcar nos postes de iluminação pública*” (ARANHA, 1904, p. 1. Grifos nossos).

que, em sua percepção, haviam transformado a Monarquia em um regime “moralmente condenável”; e isso não apenas pelos vínculos com a escravidão, mas também, e principalmente, pela corrupção praticada, às escancaras, pelas oligarquias no controle do Estado¹¹. Há exatos sete dias da Proclamação, dizia da tribuna da Assembleia Legislativa amazonense:

Tenho medo que a República hoje se proclame no Brasil, porque os republicanos convictos, sinceros, patrióticos e probidosos podem não ser os aclamados e eleitos para governá-la, ao passo que surgirão os aventureiros, servis e dilapidadores dos dinheiros públicos! [...] Os áulicos imperialistas dominarão, talvez, e corromperão a República, como têm dominado e corrompido a Monarquia, porque os homens não se transformarão pelo fato de ter-se operado uma mudança na forma de governo (PROVÍNCIA, 1889, p.77).

Como se percebe, Aranha não deixou de reverberar no Norte do país um discurso político de contestação às práticas de corrupção que grassavam no ambiente político da gestão do Estado e que se materializavam de diferentes formas, fosse por intermédio da troca de favores por cargos públicos, pelo nepotismo, ou pelo assalto direto ao erário público, levando, quase sempre, ao enriquecimento ilícito de lideranças políticas (FARIA, 1993; MELLO, 2004, p. 199-203). Talvez por isso, incorporasse em seu discurso a favor da República, uma dimensão “moralizante” que, por intermédio de homens probos e patrióticos, fosse capaz de “sanear os vícios” que maculavam a imagem do país.¹²

Transferindo-se para Belém logo após a Proclamação, sua atuação na imprensa de Belém pautou-se por combater os rumos que a República tomava e

¹¹ Essa foi, inclusive, a razão alegada por Bento Aranha para não ter aderido, em 1881, ao movimento de criação do primeiro *Clube Republicano no Amazonas*, organizado por Jonathas Pedrosa. Lançado em plena campanha eleitoral, o clube defendeu candidaturas do Partido Conservador, enquanto Bento Aranha, – que não foi convidado para integrar aquela agremiação – saía como candidato “republicano” pelo Partido Liberal. Aranha e Pedrosa (1881, p. 3) trocaram idênticas acusações, de serem falsos republicanos. Seja como for, a agremiação teve duração de poucos meses e só ressurgiria na capital amazonense em 1889.

¹² Referências à uma República “moralizada” aparecem em diversos textos de Bento Aranha. Num deles, o cronista ressalta: “Enquanto não se desembaraçar o governo da República desses malditos cogumelos [indivíduos parasitários], o nepotismo, o maior flagelo que infestou e aniquilou o Brasil, durante os 67 anos sob o domínio dos imperadores, e, ao qual, os republicanos, liberais e conservadores moralizados, independentes e patriotas faziam guerra à peitos descobertos, será a desgraça da República e maior aqui e no Amazonas do que em qualquer outro estado (ARANHA, 1890, p. 3).

a assimilação de adesistas, fossem de primeira ou última hora. A reação também foi imediata e Aranha passou a sofrer indisfarçável perseguição, sendo acuado por processos, condenações, prisões, nova deportação, além do empastelamento de seus. Tudo isso fez com que ele projetasse sobre si a imagem de exclusão, de verdadeiro pária em sua terra natal: “Aqui somos considerados estrangeiro pelos que foram, noutros tempos maiores inimigos da propaganda e propagandistas da ideia republicana, e são hoje os dominadores da pátria paraense”, dizia ele, numa espécie de despedida (ARANHA, 1893, p. 1). Em junho de 1895, o Supremo Tribunal de Justiça anulou as condenações que Aranha havia sofrido em Belém e lhe restituiu direitos civis e políticos.

Expurgado e proibido de atuar na crônica política paraense, recolheu-se para o seu “retiro da saudade”, onde buscou ocupar-se na edição e produção de obras de geografia e de história, dedicando-as às suas filhas (ARANHA, 1894a, p. 1). Voltaria à capital amazonense em 1896 para assumir postos no funcionalismo público estadual, o que o fez reduzir temporariamente sua atuação na imprensa. Comissionado pelo governo, voltaria à Belém, desta vez com a tarefa de identificar e compilar documentação histórica de interesse para o Amazonas, datando deste momento seu maior engajamento com a história e com o ofício de historiador.

Na virada para o XX, a imagem de Bento Aranha no Amazonas havia se consolidado como a de um senhor idoso e sábio, sendo a velhice percebida como uma condição necessária para todos aqueles que se lançavam a lembranças. É bom lembrar que no contexto de sua época, o acúmulo de experiências era percebido como um ganho, como uma qualidade e um legado nada desprezível. Conforme argumentou Ecléa Bosi (1994, p. 63):

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente de seu grupo: nesse momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade.

Acessando a memória e a história, Aranha assinou dezenas de crônicas em que saudou grandes eventos, como a abolição da escravidão no Brasil e no

Amazonas, a chegada da República e, acima de tudo, a elevação do Amazonas à condição de Província, evento que mais uma vez o possibilitou enfatizar a figura paterna no comando inicial da nova unidade administrativa do Império. Na primeira década do século XX tornara-se um dos mais destacados oradores atuando na capital amazonense e ali referenciado como “velho turuna” e decano da imprensa amazonense, além de um hábil cultor da história. Exemplo desse prestígio deu-se em 1906, por ocasião da visita de Affonso Pena ao Amazonas, cabendo a ele fazer o discurso de saudação em nome da imprensa. Em longo texto divulgado pelos jornais, exaltou o desenvolvimento econômico do Amazonas, associando-o ao bom proceder de seus administradores, numa longa digressão sobre a história regional.

Esta bela e encantadora zona da América Meridional, que Vicente Pinzon descobriu, Orellana chamou Amazonas, Pedro Álvares Cabral anexou à Terra de Santa Cruz, Pedro Teixeira explorou e firmou para Portugal o seu domínio e Pedro de Bragança e os irmãos Andradas tornaram independente, dando-lhe a nacionalidade brasileira por ... sujeita às leis do Império do Cruzeiro, o imortal Marquês de Pombal, fixando nela o seu olhar de águia, transformou logo que assim entendeu, o seu estado desconhecido e selvagem em mais próspero e avançado na senda do progresso, conseguindo para este fim que D. José I decretasse a divisão do Estado do Maranhão para criar o do Grão-Pará e neste a Capitania de São José do Rio Negro (ARANHA, 1906c, p. 2).

Carregando indifereçáveis ressentimentos, usou a oportunidade de rememoração para uma vez mais lustrar a memória de seu pai à frente da administração provincial, e de si mesmo, amplificando eventos em que atuara com algum protagonismo. No mais das vezes, no entanto, esforçou-se para agir mais como historiador que memorialista, o que significava buscar significados de eventos passados por trás de fatos que ele colhia diretamente de registros documentais, incorporados numa dimensão probatória.

O valor do documento

Uma das características da renovação historiográfica havida no século XIX foi a perspectiva de que era possível produzir narrativas verdadeiras sobre

o passado, desde que, assentada em fontes e documentos, fosse limitada a dimensão especulativa ainda muito presente nos escritos sobre o passado. A máxima de que “a história se faz com documentos” foi pedra de toque dos postulados da escola metódica francesa, da qual Langlois e Seignobos (2017) tornaram-se grandes difusores. Com gradações e limites, o mesmo processo também ocorreu no Brasil, em especial pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma vez que desde sua fundação, este trazia como objetivo “coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil”. Como se vê, a frase, de autoria de Raimundo José da Cunha Matos e Januário da Cunha Barbosa – idealizadores e primeiros dirigentes daquela agremiação, e aqui recolhida a partir do trabalho de Manoel Luiz Salgado Guimarães (2011, p. 115) – traz implícita a íntima relação do historiador com o documento. Não sem razão, Guimarães nos mostra como, em meados do século XIX, Varnhagen mencionou a prática arquivística e a análise documental como um elemento diferenciador por meio do qual buscou desqualificar trabalhos de outros historiadores, como Robert Southey e José Ignácio de Abreu e Lima (p. 118). Investigando as “primeiras escolhas do IHGB”, Temístocles Cezar registrou como uma das características das práticas historiográficas daquele período, a correta manipulação das fontes e do tempo como elementos definidores do talento dos historiadores, no entanto, pondera que algumas daquelas práticas “[...] foram reforçadas ao longo do século, sobretudo, a valorização e a hierarquização das fontes, a imparcialidade do historiador...”. (CEZAR, 2011, p. 102, 119).

Seja como for, a lenta incorporação do documento como estatuto de verdade passou a estabelecer uma segmentação entre a história e outros gêneros de narrativas que, à exemplo da literatura, também postulavam intenções de se reportar ao passado. Contudo, se o percurso em direção a uma história científica não foi linear nem uniforme, o recurso ao documento como prática necessária à uma narrativa fidedigna do passado já se havia assentado, no final do oitocentos, por todos os lugares.

Sintomático da consciência que Bento Aranha possuía acerca da singularidade historiográfica foi o debate por ele protagonizado em artigos destinados a comentar a existência da “gazeta 5 de Setembro”, supostamente o primeiro periódico a ser publicado na Província do Amazonas. Os artigos de Aranha, saídos em 1908, oportunizaram as comemorações do centenário da imprensa no Brasil e, no contexto local, a publicação de importante catálogo de jornais amazonenses, assinado por J. B. de Faria e Souza, Antônio Monteiro e Juarez Bahia (1908), três intelectuais de destaque na imprensa amazonense. Aranha procurou elucidar pontos obscuros sobre o início da atividade jornalística no Amazonas e também rebater a tese da existência e pioneirismo da gazeta *5 de Setembro*: “sustento, sem receio de errar que nunca existiu antes da *Estrella do Amazonas*, em Manaus nem o *5 de Setembro* nem outra gazeta”. Para sustentar sua posição, recuperou inicialmente suas próprias lembranças, esclarecendo que embora tivesse chegado ao Amazonas com apenas dez anos de idade, “sabia ler e escrever, portanto já tinha a memória um tanto educada”. Prevendo contestações, trouxe em seguida informações colhidas à Alexandre Ramos Rodrigues e Silva, amigo pessoal e contemporâneo dos eventos. Por fim, argumentando que “alegação não é prova”, propunha a pesquisa documental como o único caminho para a elucidação do fato:

Nos arquivos da Câmara Municipal e da promotoria pública e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro devem existir documentos sobre a existência ou não do *5 de Setembro*, antes da *Estrella do Amazonas*. Venham eles à luz, que assim confessarei o meu erro, se errada tem sido a respeito disso minha opinião (ARANHA, 1908a, p. 1).

A polêmica não tardou a se estabelecer, com os autores do catálogo rebatendo pela imprensa as contestações de Aranha; ao se autointitularem de “meninada”, espezinhavam o decano da imprensa, em maliciosa e desqualificadora insinuação de senilidade. Sentindo-se desrespeitado, Aranha assinaria ainda outra matéria sobre o assunto, por onde insistia na ideia de que o convencimento histórico necessitava de prova fiável, a ser encontrada exclusivamente na documentação de época:

Desejando ver elucidada essa questão indiquei, sem referir-me a quem quer que seja, o caminho a seguir para sair-se do terreno das alegações, ou do falível das minhas reminiscências da época. Parece-me que perdi meu tempo. Ficarei com a minha opinião inalterável, enquanto não se apresentarem outras provas senão essas mancas baseadas no artigo da *Estrella do Amazonas*. [...]

Venha a discussão sensata e séria, firmada nos documentos precisos a desvendar a verdade; deixem de parte esse eterno recurso, a que se agarram os incompetentes e ignorantes na defesa das questões de interesse geral, em melindrar ao seu contendor, que a final a verdade será do meu lado. Aí estão os arquivos do Estado, e os do ministério da justiça e da Biblioteca Nacional do Rio; mãos à obra e venham as provas documentais (ARANHA, 1908a, p. 1).

A ênfase dada à documentação probatória, aponta para a necessária discussão de um outro ponto de interesse para a moderna escrita da história no qual Bento Aranha desempenhou um papel fundamental naquela virada do século XIX para o XX, qual seja, o da organização de acervos documentais. Desde cedo, Aranha havia dado especial atenção à documentação administrativa oficial com a qual manteve sempre contato direto – falas, e relatórios de presidentes de província, governadores de estado (após 1889), atas e anais das assembleias legislativas, relatórios de repartições públicas etc. –, usando-as de forma corrente em seus escritos.

Tido como frequentador e exímio conhecedor de arquivos, teve seus serviços requisitados, em 1902, pelo governo do Estado do Amazonas para localizar e inventariar toda e qualquer documentação referente “à história política e administrativa do Amazonas” nos arquivos de Belém, tarefa que exerceu por dois anos (BITTENCOURT, 1973, p. 136). De volta à Manaus, em setembro de 1904 foi nomeado pelo governo estadual “para rebuscar no Arquivo Público e outras repartições estaduais documentos que aproveitem a causa do Estado na ação de reivindicação de posse do território acreano” (ARANHA, 1908c, p. 2). Dois anos mais tarde (1906), envolveu-se em outra demanda do governo amazonense, desta vez levantar documentação relativa à navegação à vapor ao longo do rio Amazonas, um assunto no qual, como se verá adiante, se fizera especialista desde o final do século XIX. Ainda naquele

ano passou a integrar os quadros técnicos da Biblioteca e Arquivo Público, inventariando e organizando arquivos e acervos da capital, para, em 1910, assumir o cargo de diretor daquela repartição – Estatística, Arquivo Público e Imprensa Oficial –, permanecendo nela até o início de 1912.

Repercutindo ações correlatas no Brasil e no mundo, Aranha não pensou a aquisição de documentos e a formação de acervos como sendo deslocada de uma preocupação com a difusão de conteúdos históricos que pudessem ser relevantes para a sociedade. Um produto direto dessa preocupação foi a idealização e implementação da revista *Arquivo do Amazonas*, que então nascia associada à repartição em que atuava, destinando-se “a vulgarização de documentos geográficos e históricos do Estado do Amazonas”. Vindo à lume em 23 de julho de 1906, trazia a indicação de Aranha como seu diretor, sendo dele também o texto de apresentação. Nela, argumentava que

A história do Amazonas, completamente descurada nas suas origens como tem sido nas dos rios, paranás e lagos da sua vasta e labiríntica rede hidrográfica, precisa ser elucidada, estudada e conscienciosamente escrita por abalizados e competentes investigadores de fatos, que só devem estar patentes nos monumentos desenterrados do pó amontoado nas ruínas dos arquivos públicos do Estado (ARANHA, 1906d, p. 1).

Dois termos chamam atenção nesta apresentação, sendo o primeiro deles o de *investigadores de fatos*, clara associação ao ofício do historiador, que não deixa de indicar a defasagem com que ia ali sendo realizado o processo de especialização do campo historiográfico. Já o segundo termo, *monumento*, remete às nomenclaturas e formas tradicionais pelas quais os registros documentais eram referenciados entre os séculos XVIII e XIX, conforme é possível aferir em clássico estudo de Jacques Le Goff (1992).

Em que pese a importância do empreendimento e o fato de ter sido vivamente saudado pela intelectualidade e pela imprensa do Estado, a revista foi efêmera, mantendo-se por apenas dois anos, encerrando a publicação após seu sétimo número, sob a alegação da necessidade de contenção de gastos. Outras iniciativas do gênero, embora em menor monta, teriam que esperar o final da década seguinte, quando a criação do Instituto Geográfico e Histórico

do Amazonas, em 1917, assumiria a tarefa de incluir em suas publicações, registros documentais de relevância para o conjunto da história regional.

Escritos históricos

A colaboração de Bento Aranha para a qualificação do campo historiográfico no Amazonas contaria ainda com sua participação mais direta nos processos de escrita da história, assinando trabalhos tanto em revistas acadêmicas quanto em pequenos livros autorais, sendo *Scenas da Cabanagem no Amazonas* um bom exemplo do primeiro caso, e o opúsculo *Um olhar pelo passado* do segundo. Em ambos é possível ver emergir a faceta própria do historiador, designação pela qual poucos o conhecem.

Como homem das letras, Bento Aranha atuou basicamente no campo da Imprensa diária, fundando jornais e revistas, montando e administrando tipografias, e, claro, escrevendo profusamente ao longo de sessenta anos. Poucas vezes seus textos circularam por suportes diferenciados – na forma de livros, por exemplo –, e, mesmo quando o fizeram, não foi difícil encontrar neles as marcas da crônica jornalística, em que pese as correções e mediações editoriais diversas que se imiscuíam nos textos, como nos tem alertado Roger Chartier (2002, p. 61), para quem “o processo de ‘publicação’ dos textos implica sempre uma pluralidade de espaços, de técnicas, de máquinas e de indivíduos”.

Fugindo, vez por outra ao jornal, Aranha fez sempre a opção por livros curtos, que não chegavam a uma centena de páginas. Sobre eles pairam ainda dúvidas, em especial sobre o processo de sua elaboração. Fruto de ampla pesquisa documental, de resto sempre presente no trabalho jornalístico do autor, não é certo que a origem dos opúsculos tenha sido material anteriormente publicado em periódicos de Manaus, Belém ou Rio de Janeiro. A escolha do formato parece ter sido definida a priori, identificando um formato e um público próprio a ser alcançado. Como sugere o caso de *O Amazonas, seu comércio e navegação*, de 1877, o processo pode até mesmo ter se dado de

forma inversa, do livro para o jornal, uma vez que o texto original serviu de base e desdobrou-se, anos depois, em nada menos que sete grandes matérias jornalísticas (ARANHA, 1899b).

Seja como for, boa parte dos seus escritos *históricos*, no entanto, são característicos do que no século XIX se designava por estudo corográfico, singularizando-se sobretudo pela adoção de uma abordagem espaço temporal como orientadora das narrativas, fossem elas relatos de viagem ou textos de inflexão à história. Capistrano de Abreu chegou a ministrar no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, o curso Corografia e História do Brasil, mas o gênero havia ganhado expressão e visibilidade no início daquele século, com a publicação, em 1817, da *Corografia brasílica*, de Aires de Casal (1945). O gênero também reverberou em produções relevantes no Norte do país, em obras como a de Ignácio Acioli (1833) ou de José Coelho da Gramma Abreu (1992) – 1ª edição de 1895 – que circularam com sucesso e influenciaram gerações de intelectuais, a exemplo de Agnello Bittencourt e sua temporã *Corografia do Estado do Amazonas* (1985), cuja primeira edição é de 1925.

Com *Um olhar pelo passado*, Aranha seguia, portanto, um rastro deixado por outros intelectuais e estudiosos, ao incorporar um gênero cuja legitimidade já se revelara assentada. De dimensões modestas, não passando de 23 páginas, o opúsculo foi publicado em 1897 e dedicado ao então governador do Amazonas, Fileto Pires (1896-1898), numa manifestação não apenas de apreço, como também de senso de oportunidade, usual em sua época, uma vez que, por meio dele era possível angariar algum apoio à publicação, o que de fato aconteceu, uma vez que o opúsculo foi editado pela Imprensa Oficial amazonense. De leitura agradável e envolvente, a obra era orientada numa linearidade cronológica, por onde o autor apresentava uma visão particular da trajetória histórica de fundação e desenvolvimento da cidade de Manaus, com ênfase na implantação do governo provincial. Não é difícil perceber, no entanto, que em *Um olhar pelo passado*, história e memória se entrelaçam de forma enriquecedora, embora a dimensão marcadamente sentimental denuncie que o autor trilhou muito mais pelo terreno evanescente de Mnemosine, que pelos

caminhos mais seguros de Clio, lembrando aqui uma dimensão metafórica proposta por Sandra Pesavento (2003, p. 7).

Não por acaso o texto começa com Bento Aranha se dizendo incompetente para atuar como historiador da cidade, o que, em boa medida, podia significar apenas um gesto de modéstia, em especial porque ele buscou, o quanto pode, se apoiar em registros oficiais dos governos do Pará e do Amazonas, recorrendo também a obras historiográficas, em paralelo a referências que lhe vinham de lembranças e de informações prestadas por terceiros, testemunhas diretas dos acontecimentos passados. Do registro historiográfico, leu sobretudo Antônio Ladislau Monteiro Baena, citando seu *Ensaio Corográfico*, publicado em 1839, de onde parece ter copiado o modelo de uma narrativa histórica atenta às dimensões do espaço. Convém lembrar que Aranha sempre se mostrara interessado na Geografia, a ponto de, em 1894, em Belém, traduzir, adaptar e publicar manual estrangeiro da disciplina, destinando-o “à inteligência infantil e ao uso nas escolas do Brasil...” (ARANHA, 1894b, p. 2). No mesmo diapasão, uma década depois, em 1909, já em Manaus, estaria às voltas com a publicação do *Amazonas geográfico e histórico*.

Em *Um olhar pelo passado* há um breve preâmbulo à história da cidade que busca dar conta da implementação da Capitania de São José do Rio Negro, suas administrações e os avanços e recuos de um quadro socioeconômico que se via diretamente impactado por boas e más administrações e pelo grau de operosidade e engajamento dos seus governantes. Em recuo temporal, o autor exalta a figura de Manoel da Gama Lobo D’Almada, a quem posteriormente dedicaria, um estudo mais detalhado. Como importante marco inicial de uma história urbana da capital amazonense, o escrito de Bento Aranha foi antes de tudo uma narrativa da história administrativa centrada no espaço, comentando o espraiamento do sítio urbano, em meio à minuciosa descrição de seus logradouros – bairros, ruas, praças – e prédios públicos, sem que nesta narrativa fosse agregada maiores informações acerca dos usos sociais desses espaços, as formas de ocupação ou a ocorrência de disputas e tensões. Vez por outra, trouxe

informação pitoresca e episódica sobre os moradores, mas sem intervir no quadro geral descrito:

O bairro da Campina estendia-se nessa época até a Castelhana e o Mocó, havendo um cemitério além do largo da Pólvora e nas terras ao Norte do mesmo cemitério um novo bairro com a denominação de Costa d'África, por ser ele habitado somente por africanos livres [...] A rua das Flores, hoje Guilherme Moreira, que também já chamou-se José Clarindo, terminava pelo lado ocidental na rua Brasileira por umas casas velhas cobertas de palha, numas das quais em 1867 ou 68 uma mulher de nome Florinda assassinou com uma punhalada a um homem de cor preta (ARANHA, 1897b, p.11, 16).

Na descrição do arruamento e da localização dos prédios públicos de relevo no início do período provincial, socorreu-se de um “croqui da planta da vila” que, segundo anotou, “foi traçado a *vol d’oiseau*, por meu sempre lembrado pai João Batista Tenreiro Aranha nos primeiros dias do referido ano de 1852”, resultando hoje em importante referência à historiografia da cidade. Contudo, foi apenas no fim da obra que Aranha a definiu com maior precisão, alegando que “para dar uma ligeira ideia do que foi o Estado do Amazonas e principalmente de Manaus até o dia da instalação da província, parece-me suficiente estas informações, que não passam de um trabalho de simples reminiscência histórica” (ARANHA, 1897b, p. 23). Assim, a história ali praticada por Aranha é ainda um vir-a-ser, resultando esmaecida e enevoada pelo manto maleável da memória.

Na década final do século XIX, o escritor paraense avançava em seus estudos sobre a história regional do Amazonas, cujos vínculos institucionais no contexto luso e brasileiro fora se estabelecendo por meio de repartições administrativas: Capitania (de São José do Rio Negro), Comarca (do Alto Amazonas) e finalmente Província (do Amazonas). Esse seu interesse pela história inicial do território ganhou materialidade através de um ensaio biográfico, no qual buscou dar projeção ao 3º governador da Capitania de São José do Rio Negro, Manuel da Gama Lobo D'Almada, inaugurando verdadeira linhagem historiográfica de exaltação da operosidade e das qualidades

administrativas de seu biografado¹³. *O centenário de Gama Lobo*, como designou seu texto, é interessante contribuição aos estudos históricos regionais, trazendo reflexões e informações que oportunizavam o centenário da morte daquele administrador colonial, ocorrida no ano de 1799. Como a quase totalidade de seus trabalhos, publicou-a pelas páginas do *Commercio do Amazonas*, numa sequência de sete matérias, entre 19 de agosto e 3 de setembro de 1899. Na obra, o enfoque biográfico característico do período foi, na verdade, um mote para iluminar a história da Capitania e, com ela, produzir uma compreensão de sua dinâmica socioeconômica e das influências das deliberações políticas que, tomadas em Lisboa ou Belém, sobre ela recaíram. Ao contrário de *Um olhar pelo passado*, a biografia de Lobo D'Almada é bastante reflexiva e analítica, embora prevaleça o tom narrativo pautado numa história pensada a partir do campo da política e da atuação do *grande homem* às voltas com a gestão de uma unidade político administrativa. Abordagens como essa marcaram a prática historiográfica do Oitocentos, como nos tem demonstrado diversos estudos, como os de Salgado Guimarães (2011) e Temístocles Cezar (2018).

É legítimo supor que Bento Aranha tenha se irmanado com a figura de Lobo D'Almada em sua condição de político injustiçado e destruído por um poder oligárquico que lhe era superior e destituído de qualquer compromisso com o desenvolvimento da região e de sua coletividade. A exaltação inicial das qualidades patrióticas de Almada nas lutas pela defesa do império colonial português logo cede espaço para que o autor desloque o foco para o processo de sua perseguição e para a crítica de seus algozes, sendo o maior deles D. Francisco de Souza Coutinho, Governador do Grão-Pará:

Coutinho, o cruel e desumano capitão general, que em 1800, devido à imprudência de uma sua concubina, da qual veio a sucumbir, mandou prender e palmatoar todas as parteiras e,

¹³ Não fora o primeiro empreendimento do gênero feito por Aranha, uma vez que logo cedo, em 1972, escreveria alentada biografia do pai, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que fez publicar naquele ano como introdução ao livro paterno, *Elementos do Commercio*, então reeditado com recursos do próprio Bento Aranha. Por sua vez, a biografia foi republicada em 1907, sob os auspícios de instituição do Governo do Estado do Amazonas (ARANHA, 1907, p. 92-109).

vivas, com pedras amarradas ao pescoço, lançar nas profundezas do Guajará três delas e por este modo bárbaro e tirano saciar a sua sede de vingança, de ódio e de sangue, fazendo-as matar afogadas na serena e vasta baía que banha a formosa capital do Pará (ARANHA, 1899a, p. 1).

Segmentando o texto em artigos ligeiros e adaptados ao espaço e ritmo jornalístico, Aranha buscou, vincular as ações de sua personagem à uma abordagem mais estrutural, em que diversas dimensões econômicas e sociais da Capitania – os lugares, freguesias e vilas, o número de habitantes, seus cultivos etc. – eram apresentadas aos leitores. Nesse aspecto a abordagem biográfica tende a destoar daquelas tradicionais de sua época, já que, por vezes, em Aranha a figura do biografado resulta frequentemente esmaecida para dar lugar a longas explicações estruturais sobre as quais incidia a atuação de Almada.

Não se trata, todavia, de comparar essa abordagem biográfica com as novas perspectivas que surgiriam mais tarde no contexto das abordagens estruturalistas que marcaram a história socioeconômica de meados do século XX, diante das quais as novas concepções de história biográfica se insurgiriam. Conforme reconheceu Alexandre Avelar, as biografias “permaneceram, ao longo da hegemonia dos *Annales*, relegadas a segundo plano”, em decorrência da posição hegemônica de uma “história das estruturas que passavam a explicar as ações humanas segundo determinações que escapavam a esses homens no mundo”, conforme resumiu Manoel Luiz Salgado Guimarães (apud AVELAR, 2010, p. 188). Em Aranha, o biografado é menos protagonista que agente involuntário da desestabilização de um quadro social que, no avesso de sua posição exemplar, se revela problemático e passível de contestação.

A narrativa se desloca então para um tema que Bento Aranha estabelece como central no contexto da atuação de Lobo D’Almada, o trabalho indígena. O biógrafo dedica então toda uma parte da obra (a quarta) para a realização de um histórico da exploração do trabalho indígena, mostrando a forte dependência que com ela mantinha a empresa colonial portuguesa na Amazônia. Condenando a escravidão dos povos indígenas, lembrou a importância de alguns atos formais em favor de sua liberdade, reconhecendo que não passavam de letra morta nas mãos de administradores e colonos inescrupulosos. Se nas

partes iniciais do *Centenário de Gama Lobo* os leitores são apresentados à uma visão panorâmica das estruturas socioeconômicas da Capitania; nas finais, ganha corpo a urdidura da trama política marcada por inveja e ambição e perpetrada pelo governador do Grão-Pará contra Almada, resultando na ruína deste seu desafeto. Convém ainda lembrar que Aranha encaminhou suas conclusões, em atitude de franco desagravo, ao sugerir que

Os grandes e verdadeiros patriotas são sempre vítimas da calúnia infame e viu, ordinariamente urdida pela serpente da inveja, que nutre-se e vive de rebaixamento de caráter e da baixaza de sentimentos de certos homens ambiciosos, vulgares e sem imputabilidade perante os seus concidadãos, e grande aceitação tem no grêmio dos vendilhões do templo sagrado do amor à pátria (ARANHA, 1899a, p. 2).

São termos fortes, contundentes, e prestam-se à reflexão do quanto Bento Aranha pode ter se visto espelhado na figura vitimizada de Almada, uma vez que, naquele fim de século XIX, ele enxergava a si próprio como injustiçado e excluído do quadro da imprensa e política paraense. Escamoteando uma perceptível subjetividade, recorreu novamente à autoridade historiográfica de Baena (1989 e 2004), usando-a como legitimadora da veracidade de seus argumentos, momento em que incorporou referências tanto do *Compêndio das Eras*, cuja publicação datava de 1829, quanto do *Ensaio Corográfico*, publicado dez anos depois.

Também de 1899 é seu estudo sobre a *Navegação do Amazonas*, que fez publicar numa sequência de sete artigos jornalísticos, incorporando na análise parte dos debates aos quais havia se lançado quando de sua atuação parlamentar na década de 1880, e também de estudos anteriores que assinou sob pseudônimo (AJURICABA, 1877). Nos diversos artigos, acompanhou os debates políticos e as ações que resultaram em diversas experiências de implementação de linhas de navegação desde o momento de implantação da província, em 1852, até a análise dos processos e decisões tomadas nos governos republicanos, passando pela abertura da navegação a vapor, em 1866, evento por ele identificado como central para a dinamização econômica da hinterlândia amazônica. Em todo o percurso, percebe-se a preocupação em

estabelecer datas e ancorar as informações com base na indicação da legislação correspondente.

Como em muitos de seus textos, *A Navegação do Amazonas* trazia clara preocupação pragmática vinculada à busca de uma resolução definitiva para o problema em que ela há muito se transformara. “Tomei o encargo de escrever e trazer à luz da publicidade, diz ele, na crença, simplesmente, de prestar ainda mais um serviço à causa sacrossanta do desenvolvimento e prosperidade da Amazônia, da qual sou filho”. Tanto o emprego do nome do insubmisso líder maná (Ajuricaba) do século XVIII, quanto o emprego de um termo pouco usual (*Amazônia*), em seus escritos, denunciam seu contínuo envolvimento com a história da região.¹⁴

Navegação do Amazonas é também texto de combate e enfrentamento num campo de forças em que as concessionárias estrangeiras impunham seus interesses à revelia dos locais, sendo esta a razão pela qual o artigo termina de forma incendiária, alertando que “aos poderes públicos e ao comércio desses dois Estados [Pará e Amazonas] convém libertar a navegação do oceânico Rio Amazonas deste canceroso sindicato inglês, que a tem monopolizado”, para então decretar: “Guerra ao monopólio!” (ARANHA, 1899b, p. 2).

Após “derramar” seus textos históricos pela imprensa, Bento Aranha tomaria parte, em 1900, do processo de constituição do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, ao lado de intelectuais destacados no ainda incipiente contexto historiográfico daquele Estado, como Domingos Antônio Raiol, José Coelho da Grama Abreu, Manoel Baena, João Lúcio de Azevedo, Emílio Goeldi, Arthur Lemos, Justo Chermont, Henrique Santa Rosa e Arthur

¹⁴ O emprego do termo Amazônia passou a ser usual apenas na segunda metade do século XIX, encerrando uma dupla dimensão, a um só tempo, de ruptura e de continuidade, com o passado colonial do Grão-Pará. O termo Amazônia deu nome, inclusive, a uma dos jornais editados em 1884 por Bento Aranha em Manaus. Lembremos que o conceito de *região* é bem mais amplo que uma dimensão geográfica. Conforme Ana Luiza Reckziegel (1999, p. 16), “A região constitui uma estrutura, por isso possui uma identidade que permite diferenciá-la de seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da compreensão da especificidade que ela contém. Como qualquer segmento do espaço, é dinâmica, historicamente construída e faz parte da totalidade social; portanto, suas características internas são determinadas e determinantes de sua interação com o todo. No entanto, apesar de suas relações com o sistema maior, a região possui relações internas autônomas que lhe conferem caráter próprio e diferenciado”.

Vianna, dentre outros. Também esteve presente na primeira revista daquela instituição¹⁵, apresentando ligeiro artigo – *Scenas da Cabanagem no Amazonas* (1900) – por onde buscava interpretar a rebelião a partir de registros documentais – atas da câmara da vila de Tefé, no rio Solimões – que ele havia coligido em cartório de notas na capital amazonense. Em linhas gerais, sua análise resvalou tanto na identificação do movimento como expressão do nativismo¹⁶, quanto na abordagem psicologizante centrada em intenções mesquinhas de lideranças políticas, e, exatamente por isso, isentava a base popular, vendo-a

arrastada por ódios e vinganças mal entendidas, que espíritos inquietos, ambiciosos vulgares, falsos apóstolos da liberdade da honra e da paz sugestionavam a essas mesmas facções contra a pele branca, porque esta indicava sempre um português inimigo do Brasil ou um maçom inimigo da religião (ARANHA, 1900, p. 20).

Filtrada pelo microcosmo da vila amazonense, o movimento era visto como incoerente, dado que num lapso de três meses – de maio a agosto de 1836 – a câmara da vila oscilava entre a franca adesão aos rebeldes e sua fervorosa condenação. Na escrita ligeira de Aranha há notória confusão de datas e fatos, mas o que chama a atenção é a sua compreensão do movimento como reflexo das tensões entre indivíduos ambiciosos em disputa pelo poder, estando neste plano tanto o Cônego Batista Campos como as lideranças das forças legais no Amazonas, Ambrósio Ayres (Bararóá) e o Alferes Taqueirinha, estes adjetivados como selvagens, tiranos e até mesmo canibais (ARANHA, 1900, p. 25).

O tema da relação selvática das autoridades coloniais portuguesas foi sempre denunciado por Aranha e ele já o demonstrara em outro de seus escritos

¹⁵ A Revista do Instituto Histórico paraense foi publicada pela Imprensa Oficial daquele Estado. O vínculo da instituição com a estrutura administrativa do Estado foi facilitado pela presença do vice-governador Gentil Bittencourt no rol dos sócios fundadores do IHGP.

¹⁶ O termo *nativismo* deriva do conceito polissêmico de *nativo*, incorporado aqui na acepção positiva anotada por Raymond Williams (2007, p. 288-289), relativa “ao lugar no qual uma pessoa nasceu. O sentido social e político positivo, como em *terra natal, país natal*, passou a ter importância do S.16 em diante”. No Brasil tem sido incorporado uma dupla acepção: de “movimento precursor do nacionalismo, ou mesmo sinônimo” dele, e/ou “enquanto movimentos precursores da emancipação política”. (SILVA, 1997, p. 67-68).

que fez circular pela imprensa nos anos finais da década de 1890. Igualmente dividido em sete partes, *Criminosos célebres da Amazônia*, reveste-se de importância tanto pela singularidade do objeto historiográfico que propõe, quanto pela desconstrução da dimensão heroica até então atribuída a certos personagens do passado colonial, como os “aventureiros” do século XVII, Pedro Teixeira, Bento Maciel Parente, Pedro da Costa Favela, à frente de operações de *resgates* – verdadeiras bandeiras – a produzir o extermínio de populações indígenas inteiras. Ao final dirá que “As violências, toda sorte de crimes, a negra escravidão e a morte, exercidas pelos aventureiros colonizadores do Amazonas contra os índios já não tinham mais conta nem medida” (ARANHA, 1897c, p. 1).

Considerações Finais

Em suas incursões pela história, Aranha incorporou prioridades e perspectivas que o haviam singularizado na crônica política praticada por mais de cinquenta anos, desde 1865. Muitos de seus projetos de escrita da história – frequentemente anunciados – resultaram inconclusos ou não realizados, mas sua contribuição para a área está longe de ser irrelevante. De forma inspiradora, levou para a história seu olhar atento aos segmentos subalternos, em especial sobre os povos indígenas, por quem bateu-se ao longo da vida, denunciando a continuidade de violências e abusos que, na prática, tornavam sua liberdade um discurso retórico das elites regionais¹⁷. Levou também a radicalidade e a crítica ácida com as quais pugnava em favor de uma República que desejava “moralizada” e transformadora.

Infelizmente, repetiu-se com o memorialista e o historiador o mesmo que se passara com o cronista da imprensa e com o republicano jacobino da luta política. Deixado à margem e ignorado por muitos de seus pares, tornou-se voz

¹⁷ Aranha, que chegou a ser Diretor de Índios do Rio Branco em 1898 e 1901, escreveu diversas vezes sobre o tema, sempre denunciando seu extermínio e escravização dissimulada, inclusive pelos próprios diretores, a quem via como um de seus principais alcoses. Já na República, combateu a tutela de menores indígenas na Amazônia, denunciando-a como um ardil para a manutenção da escravidão no pós-abolição. Veja-se, particularmente, as posições que assume nos artigos “Escravidão dos índios” (ARANHA, 1897a), “Os nossos índios” (ARANHA, 1909b) e no opúsculo *Os índios de Colombo* (ARANHA, 1912).

injustamente silenciada e esquecida pela posteridade. Voltar a ele, a seus escritos de história ligeiros, porém expressivos, é senda que permite perceber e matizar a forma incipiente, porém plural pela qual parte da intelectualidade do Extremo Norte do país singrou caminhos em direção à prática historiadora.

Referências

ABREU, José Coelho da Grama (Barão de Marajó). **As regiões amazônicas: estudos chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas**. 2ª ed. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1992.

ACIOLI, Ignacio. **Corografia paraense: ou descrição física, histórico e política da Província do Grão-Pará**. Bahia [Salvador]: Tipografia do “Diário”, 1833.

AJURICABA (Bento Aranha). **O Amazonas, seu comércio e navegação**. Manaus, Typ. do Commercio do Amazonas, 1877.

AMORIM, Francisco Gomes de. **Ódio de raça**. Lisboa: Typ. Universal, 1869.

ARANHA, Bento. Discurso. **Amazonas**. Manaus, nº 30, 9 jan. 1867.

ARANHA, Bento. **O Amazonas, seu comércio e navegação**. Manaus, Typ. do Commercio do Amazonas, de G. J. de Moraes, 1877.

ARANHA, Bento. Os cogumelos da República. **Diário de Notícias**, Belém, nº 280. 6 dez. 1890.

ARANHA, Bento. Salve, Amazonas! **Correio Paraense**, Belém, nº 249, 4 mar. 1893.

ARANHA, Bento. Instrução Primária. **Correio Paraense**. Belém, nº 562, 7 abr. 1894a.

ARANHA, Bento. A Escola do Povo. **A Pátria Paraense**. Belém, nº 84, 6 out. 1894b.

ARANHA, Bento. Escravidão dos índios. **Diário de Notícias**, de Belém, nº 108, 16 maio 1897a.

ARANHA, Bento. **Um olhar pelo passado**. Manaus: Imprensa Oficial, 1897b.

ARANHA, Bento. Criminosos célebres da Amazônia. **Imparcial**. Manaus, nº 34, 14 abr. 1897c.

ARANHA, Bento. Centenário de Gama Lobo. **Commercio do Amazonas**, nº 3 e 8. 18 e 24 ago. 1899a.

ARANHA, Bento. A navegação do Amazonas. **Commercio do Amazonas**, nº 395-9, 401-2; 13-18, 21-22 fev. 1899b.

ARANHA, Bento. Não são republicanos. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 198, 17 ago.1904.

ARANHA, Bento. 13 de Maio. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 672, 13 maio 1906a.

ARANHA, Bento. 10 de Julho. **Jornal do Commercio**. Manaus, nº 730, 10 jul. 1906b.

ARANHA, Bento. O Amazonas. **Jornal do Commercio**. Manaus, nº 720, 30 jun. 1906c.

ARANHA, Bento. **Arquivo do Amazonas**. Manaus, vol. 1, nº 1, 23 jul. 1906d.

ARANHA, Bento. Factos e datas. **Arquivo do Amazonas**, Manaus, v. 1, nº 3, p. 92-109, 23 jan. 1907.

ARANHA, Bento. A gazeta 'Cinco de Setembro'. **Jornal do Commercio**. Manaus, nº 1.434, 22 mar. 1908a.

ARANHA, Bento. A gazeta 'Cinco de Setembro'. **Jornal do Commercio**. Manaus, nº 1.437, 25 mar. 1908b.

ARANHA, Bento. Defesa à minha probidade. **Jornal do Commercio**. Manaus, nº 1604, 9 set. 1908c.

ARANHA, Bento. Panem et circenses. **Jornal do Commercio**. Manaus, nº 1.961, 15 set. 1909a.

ARANHA, Bento. Os nossos índios. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1.979, 3 out. 1909b.

ARANHA, Bento. Esclarecimentos. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 2.271, 30 jul. 1910.

ARANHA, Bento. **Os índios de Colombo**. Manaus: Gráfica do Jornal do Commercio, 1912.

ARAÚJO, Valdei Lopes. Sobre a permanência da expressão historia magistra vitae. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena; ARAÚJO, Valdei (Orgs.).

Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 131-147.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, Vitória (ES), vol. 24, p. 157-172, 2010.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das eras da Província do Pará**. 2ª ed. Belém: UFPA, 1969.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, 2004.

BITENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense de biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BONALDO, Rodrigo Bragio. **Comemorações e efemérides**: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2014.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.

CARREY, Emile. **Os revoltosos do Pará**. Lisboa: Typ. do Futuro, 1862.

CASAL, Aires de. **Corografia brasílica**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CLUB dos Terríveis. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 903, 1 jan. 1907.

DOSSE, François. História e historiadores no século XIX In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: EdPUCRS, 2010, p. 15-31.

FARIA, Fernando Antônio, **Os vícios da República**: Negócios e poder na passagem para o século XX. Rio de Janeiro: Notrya Editora, 1993.

FOME! **Correio Paraense**, Belém, nº 562, 7 abr. 1894.

GOMES, Angela de Castro. **Escritas de si, escritas da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia. (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ações políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e erudição. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena; ARAÚJO, Valdeí (Orgs.). **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 43-57.

LANGLOIS, Charles-Vitor; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos estudos históricos**. Curitiba: Patolalivros, 2017.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992, p. 535-549.

MALATIAN, Teresa. **Escritas de si, narrativa histórica**. Acervo Digital da UNESP. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/46186/1/01d21t03.pdf> Acesso em 20/11/2021, às 17:45.

MARTIN, Monique de Saint. “Capital Social”. In: CATANI, Afrânio Mendes et al. (Orgs.). **O vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 113-117.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

MENEZES, Aprígio Martins de. História da Província do Amazonas. **Almanach administrativo, histórico, estatístico e mercantil da província do Amazonas**. Manaus: Typ. do Amazonas, 1884, p. 87-117.

NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena; ARAÚJO, Valdeí (Orgs.). **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

NOTICIÁRIO: **Assembleia Provincial**. Amazonas, Manaus, nº 665, 23 dez. 1881.

NOTÍCIAS de Portugal. **Diário de Notícias**, Belém, nº 187, p. 2, 22 ago. 1896.

PEDROSA, Jonathas. E a luz se faz. **Amazonas**, Manaus, nº 653, 23 nov. 1881.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.

POMIAN, Krzysztof. História e ficção. **Projeto História**, São Paulo, (26), 11-45, jun. 2003.

PRADO, Luiz do (Alcides Bahia). Notas de um teimoso. **Jornal do Comércio**. Manaus, nº335, 19 Jan 1905.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. **Anais da Assembleia Provincial do Amazonas**. Biênio 1882-1883. Manaus: Typ. do Amazonas, 1883.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. **Anais da Assembleia Provincial do Amazonas**. Biênio 1888-1889. Manaus: Typ. do “Amazonas”, 1889.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. **História: debates e tendências**. Passo Fundo, v.1, n.1, 15-22, 1999.

REGULAMENTO do Gymnasio Amazonense. **Diário Oficial**, Manaus, nº 657, 3 mar. 1896.

SALLES, Vicente. “Bento Aranha, História de um jornalista revolucionário” In. **Marxismo, socialismo e os militantes excluídos**. Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 105-167.

SCHORSKE, Carl. **Pensando com a história**: Indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Rogério Forastieri da. **Colônia e nativismo**: A história como biografia da nação. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SOCIEDADE Emancipadora Amazonense. **Commercio do Amazonas**, Manaus, nº 260, 2 jul. 1870.

SOUZA, João Batista de Faria; BAHIA, Alcides; SOUZA, Antônio Monteiro. **A Imprensa no Amazonas**: catálogo de jornais. Manaus: Imprensa Oficial, 1908.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**. Campinas: Papirus, 1988.

VISCARDI, Cláudia; ALENCAR, José Almino (Orgs.). **A República revisitada**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

Recebido em: 21 de setembro de 2022
Aceito em: 2 de fevereiro de 2023